

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **ELETRONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR**, (denominada "ELETRONUCLEAR" ou "Companhia"), empresa de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETRONUCLEAR, com sua sede fixada na Rua da Candelária nº 65 - 2º ao 10º e 12º andares - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Cep. 20.091-020, tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, a geração de energia elétrica delas decorrentes e a realização de serviços de engenharia e correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Dentro do escopo desse objeto, a Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 2.007 MW, bem como a manutenção das condições para construção da terceira unidade nucleoeletrica, denominada usina Angra 3, cujo estágio está descrito na Nota 8, todas integrantes da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAEA.

A energia elétrica gerada pela Companhia é fornecida exclusivamente para Furnas Centrais Elétricas S.A. FURNAS (parte relacionada), mediante contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica.

A seguir, detalhes sobre as autorizações para construção e operação das usinas componentes da Central Nuclear:

USINA	POTÊNCIA NOMINAL	LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO		DATA DE INÍCIO DA OPERAÇÃO	Nº DE CLIENTES
		INICIAL	ATUAL		
ANGRA 1	657 MW	Portaria MME Nº 416 - 13/07/70	Portaria DNAEE Nº 315 - 31/07/97	JAN/1985	1
ANGRA 2	1.350 MW	E.M. MME Nº 300 - 28/05/74	Portaria DNAEE Nº 315 - 31/07/97	SET/2000	1
ANGRA 3	1.350 MW Previsão	Decreto Nº 75.870 13/06/75	Portaria DNAEE Nº 315 - 31/07/97	-	-

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 - Apresentação das demonstrações contábeis

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 15 de março de 2010

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugada com a legislação específica aplicada às concessionárias do serviço público de energia elétrica, editada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e demais regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2009, que serão diferentes daquelas que serão utilizadas para elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010 (Vide item 2.3).

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia reclassificou do curto para o longo prazo o valor de R\$ 91.710 mil, referente a conta de concessionárias e permissionárias, para fins de comparabilidade de suas demonstrações contábeis.

2.2 - Refazimento e reapresentação das demonstrações contábeis

A Companhia optou pelo refazimento e reapresentação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 devido a ajustes identificados durante a elaboração das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 cujos efeitos contábeis ocorreram em exercícios anteriores.

Sendo assim, a ELETRONUCLEAR está reapresentando as suas demonstrações contábeis para o referido exercício, originalmente publicadas em 09 de abril de 2009, ajustadas como segue:

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2008				
(em milhares de reais)				
ATIVO		SALDO PUBLICADO	AJUSTES	SALDO AJUSTADO
	CIRCULANTE	863.099	(123.075)	740.024
	NÃO CIRCULANTE	7.494.536	90.993	7.585.529
	Realizável a longo prazo	891.998	90.993	982.991
	Investimentos	1.265	-	1.265
	Imobilizado	6.573.357	-	6.573.357
	Intangível	27.916	-	27.916
	TOTAL DO ATIVO	8.357.635	(32.082)	8.325.553

PASSIVO	SALDO PUBLICADO	AJUSTES	SALDO AJUSTADO
CIRCULANTE	429.997	-	429.997
NÃO CIRCULANTE	3.607.901	(89.571)	3.518.330
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.319.737	57.489	4.377.226
Capital social	3.296.032	-	3.296.032
Reservas de capital	903.064	-	903.064
Reservas de lucros	120.641	57.489	178.130
TOTAL DO PASSIVO	8.357.635	(32.082)	8.325.553

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2008 (em milhares de reais)			
	SALDO PUBLICADO	AJUSTES	SALDO AJUSTADO
Receita Operacional Bruta	1.569.817	-	1.569.817
Deduções a Receita Operacional	(98.064)	-	(98.064)
Serviços de Engenharia	2	-	2
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	1.471.755	-	1.471.755
Custo do Serviço de Energia Elétrica	948.722	36.213	984.935
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	523.033	(36.213)	486.820
Despesa Operacional	136.320	45.377	181.697
RESULTADO DO SERVIÇO	386.713	(81.590)	305.123
Despesa / Receita Financeira	(589.158)	4.131	(585.027)
Outras despesas	(330)	-	(330)
RESULTADO OPERACIONAL	(202.775)	(77.459)	(280.234)
Contribuição social	(20.990)	35.722	14.732
Imposto de renda	(58.305)	99.226	40.921
Lucro (prejuízo) antes da participação nos lucros	(282.070)	57.489	(224.581)
Participação nos lucros			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(282.070)	57.489	(224.581)
Lucro (prejuízo) líquido por lote de mil ações - R\$	(22,89)		(18,22)

Os ajustes efetuados e, que foram revisados pelos auditores atuais da Companhia, são decorrentes dos seguintes eventos:

- Ativo circulante - Reclassificação de saldo com parte relacionada de curto para o longo prazo no valor de R\$ 91.710 mil, conforme já mencionado anteriormente e, despesas incorridas em 2008, com manutenção das usinas e indevidamente alocadas ao ativo, no valor de R\$ 31.365 mil;
- Ativo não circulante - Ajuste do consumo de combustível nuclear de competência 2008, realizada no exercício de 2009 (R\$ 4.848 mil), correção monetária dos depósitos judiciais de competência anterior a 2009 (R\$ 4.131 mil) e reclassificação do saldo com partes relacionadas, mencionada no item acima;
- Passivo não circulante - Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo recalculados sobre todas as diferenças temporárias de 2008 (R\$ 134.948 mil) e não reconhecimento de outras obrigações pós-emprego em 2008 (R\$ 45.377 mil).

2.3 Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações de normas relacionadas a seguir, foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais. As normas a seguir são apenas aquelas que poderão (ou deverão) impactar as demonstrações contábeis da Companhia de forma mais relevante. Nos termos dessas novas normas, as cifras do exercício de 2009, aqui apresentadas, deverão ser reapresentadas para fins de comparação, quando da apresentação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

(a) Pronunciamentos

- . CPC 20 - Custos de empréstimos
- . CPC 27 - Ativo imobilizado

(b) Interpretações

- . ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos
- . ICPC 10 - Esclarecimentos sobre os CPC 27 e CPC 28
- . ICPC 12 - Mudanças em passivos por desativação, restauração e outros passivos similares

(c) Análises dos novos pronunciamentos que afetam de forma relevante a Companhia

i) CPC 20 - Custos de empréstimos - a Companhia está em fase de construção da Usina Angra 3, conforme detalhado na Nota 8. Segundo este pronunciamento, a Companhia deverá capitalizar os custos dos empréstimos obtidos e que são diretamente atribuíveis à construção como parte do custo do ativo. Os outros custos de empréstimos deverão ser reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

ii) CPC 27 - Ativo imobilizado - o referido pronunciamento estabelece que sobressalentes, peças de reposição, ferramentas e equipamentos de uso interno são classificados como ativo imobilizado quando a entidade espera usá-los por mais de um período. Sendo assim, a Companhia avaliará a aplicabilidade desta norma em relação ao seu estoque - Almojarifado, efetuando a reclassificação se aplicável.

Adicionalmente, a referida norma estabelece que custos administrativos e outros custos indiretos não devem ser alocados ao imobilizado. A Companhia efetuará um levantamento de tais gastos que foram capitalizados em consonância ao Manual de Contabilidade da ANEEL e, se aplicável, estará baixando tais valores, comparativamente a 2009.

iii) ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos - A interpretação técnica ICPC 08 estabelece que o valor de dividendos (acima do mínimo estabelecido em Lei) não aprovados por Assembléia não devem ser provisionados, devendo ser apresentados destacados no patrimônio líquido. Caso esta interpretação técnica fosse adotada no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, o passivo circulante estaria apresentado a menor e o patrimônio líquido estaria apresentado a maior pelo montante que excede os dividendos mínimos obrigatórios divulgados na Nota 19.

iv) ICPC 10 - Esclarecimentos sobre os CPC 27 e CPC 28 - em função do referido pronunciamento, a Companhia efetuará a revisão da estimativa de vida útil do seu ativo imobilizado.

v) ICPC 12 - Mudanças em passivos por desativação, restauração e outros passivos similares - Em conexão com esse pronunciamento, eventuais ajustes na taxa de desconto serão efetuados em contrapartida ao imobilizado.

Em relação aos demais pronunciamentos, a Administração da Companhia entende que os mesmos não impactarão de forma relevante a sua posição patrimonial e financeira.

2.4 - Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da natureza do instrumento e da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no exercício em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

O saldo das contas a receber de concessionárias e permissionárias é composto por créditos provenientes do suprimento de energia elétrica a parte relacionada, registrados com base no regime de competência (Nota 4).

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída de valor considerado suficiente pela administração da Companhia para a cobertura de eventuais perdas na realização das contas a receber.

d) Estoque

- O concentrado de urânio em estoque, os serviços em curso para a sua transformação e os elementos de combustível nuclear disponíveis no núcleo do reator e no estoque da Piscina de Combustível Usado - PCU estão registrados pelos seus custos de aquisição;
- O consumo dos elementos de combustível nuclear é apropriado ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia elétrica (Nota 5-a);
- Os materiais em estoque no almoxarifado, classificados no ativo circulante e não circulante realizável a longo prazo, estão registrados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado (Nota 5-b).

e) Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia.

f) Investimentos

Os investimentos, representados por participações societárias permanentes, são registrados pelo custo de aquisição.

g) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição líquido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear e apropriada ao resultado do exercício. As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Instrução ANEEL nº 44, de 17 de março de 1999, e atos complementares daquela Agência, demonstradas na Nota 8.

- Em função do disposto na Instrução Contábil nº 6.3.10, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativos ao capital de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo;

- O mesmo procedimento foi adotado até o exercício de 1998 para os juros sobre o capital próprio, que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do serviço público de energia elétrica.
- Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil do novo ativo adicionado.

h) Obrigações especiais

As contribuições recebidas da União, estados, municípios e terceiros, para a execução de empreendimentos vinculados ao serviço público de energia elétrica, são registradas sob o título de obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e são demonstradas como redutoras do ativo imobilizado. A amortização relativa a essas obrigações mantém proporcionalidade com a depreciação dos ativos correspondentes (Nota 8).

i) Intangível

Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 9.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 9.

j) Avaliação do valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável será calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

k) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

l) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

m) Obrigações para desmobilização de ativos

O passivo para descomissionamento, classificado no passivo não circulante, destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização das usinas nucleares. Esse passivo refere-se ao valor estimado, em dólares norte-americanos, dos gastos com o desmantelamento e a descontaminação dos materiais, equipamentos e instalações, que incorrerão ao término da vida útil econômica das usinas (Nota 15).

n) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda da pessoa jurídica é calculado pelo regime de apuração do lucro real anual, com estimativa mensal, aplicando-se a alíquota de 15% e adicional de 10% sobre o lucro real, conforme definido pela legislação tributária aplicável. A contribuição social sobre o lucro líquido, calculada da mesma forma do imposto de renda, possui uma alíquota de 9% sobre o lucro real (Nota 13).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 13)

o) Benefícios a funcionários

Obrigações de pensão

Os benefícios concedidos a empregados, incluindo os planos de complementação de aposentadoria e pensão, junto à Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social e ao NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, são reconhecidos nos termos da NPC - Normas e Procedimentos Contábeis nº 26 do IBRACON, com base em cálculos atuariais elaborados por atuários independentes (Nota 14).

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para os planos de contribuição definida, a Companhia paga contribuições a planos de pensão de administração privada em bases compulsórias contratuais. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do exercício em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

Outras obrigações pós-aposentadoria

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de saúde para aposentados por invalidez e seguro de vida pós-aposentadoria. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido.

Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

p) Participação nos lucros e resultados

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia. Quando por força de negociação a Companhia realizar pagamento de participações nos lucros e resultados em valor superior ao registrado no balanço do exercício anterior, a diferença é registrada no resultado do exercício corrente em conta de resultado operacional.

q) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, pela taxa de câmbio vigente, nas datas das transações. Os saldos das contas representativas são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço. Os ganhos e as perdas, decorrentes da flutuação cambial verificada nas liquidações das operações e da conversão para reais de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício e, quando aplicável nas imobilizações em curso.

r) Atualizações monetárias de direitos e obrigações

Os direitos e obrigações, sujeitos a reajustes em função de variações monetárias, por força contratual ou dispositivos legais, estão atualizados até a data do balanço. O efeito líquido dessas atualizações está refletido no resultado do exercício e, quando aplicável, nas imobilizações em curso.

s) Resultado do exercício

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos do contrato de fornecimento.

NOTA 3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.284/05, emitida pelo Banco Central do Brasil em 25 de maio de 2005, as aplicações financeiras resultantes das receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente podem ser efetuadas por intermédio do Banco do Brasil S.A., ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por ele liderado.

Assim, as aplicações financeiras da Companhia representam recursos mantidos no BB Extra mercado FAE Fundo de Investimento em Renda Fixa que, oferece liquidez diária e são compostos principalmente de títulos do governo brasileiro e certificados de depósitos bancários. O Fundo de Investimento possui possibilidade de resgate com liquidez imediata e sem carência.

Abaixo a posição dos recursos de caixa e equivalentes de caixa:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Composição	R\$ MIL	
	DEZ/09	DEZ/08
Caixa e bancos	7.650	15.650
Aplicações financeiras	63.739	104.077
SALDO	71.389	119.727

NOTA 4 - CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Em 10 de julho de 2001, foi assinado entre a ELETRONUCLEAR e FURNAS o contrato de compra e venda de energia elétrica, associada às usinas Angra 1 e Angra 2, com vigência a partir de 1º de julho de 2001.

A posição das contas a receber de suprimento de energia para FURNAS é a seguinte:

CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS						
DESCRITIVO	R\$ MIL					
	DEZEMBRO 2009			DEZEMBRO 2008 (RECLASSIFICADO)		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Energia contratada	236.472	-	236.472	161.923	-	161.923
Desvio positivo	-	67.022	67.022	30.404	67.022	97.426
Energia não despachada	-	24.688	24.688	-	24.688	24.688
SALDO	236.472	91.710	328.182	192.327	91.710	284.037

A ELETRONUCLEAR possui aproximadamente R\$ 20 milhões de faturas correspondentes a venda de energia elétrica caucionadas, em função de processos tributários movidos contra a Companhia, os quais encontram-se detalhados na Nota 17.

O faturamento do desvio de suprimento e da energia disponibilizada, mas não despachada pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, monta o valor líquido de R\$ 91.710 mil contabilizado a valores históricos no ativo não circulante - realizável a longo prazo e refere-se ao suprimento de energia do período de setembro de 2000 a setembro de 2002, ainda sob o efeito de liminares judiciais movidas por empresas do setor para suspensão de pagamento a FURNAS. De acordo com as cláusulas contratuais, tal valor será pago por FURNAS à Companhia, cinco dias úteis após a mesma receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE) os recursos provenientes da comercialização dessa energia.

NOTA 5 - ESTOQUE

a) Elementos de combustível nuclear, concentrado de urânio e serviços em curso para sua transformação

O combustível nuclear utilizado nas usinas nucleares Angra 1 e Angra 2 é constituído de elementos fabricados com componentes metálicos e pastilhas de urânio em seu interior.

Na sua etapa inicial de formação são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários à sua fabricação, classificados contabilmente no ativo não circulante realizável a longo prazo nas contas de estoque de concentrado de urânio e serviço em curso - combustível nuclear, respectivamente. Após concluído o processo de fabricação, tem-se o elemento de combustível nuclear pronto, cujo valor é classificado em dois grupos contábeis: no ativo circulante é registrada a parcela relativa à previsão do consumo para os próximos 12 meses e, no não circulante realizável a longo prazo, a parcela restante.

A amortização mensal na despesa operacional é feita de forma proporcional, considerando a energia mensal efetivamente gerada em relação à energia total prevista para cada elemento.

Abaixo, quadro com a composição do saldo do combustível nuclear:

COMBUSTÍVEL NUCLEAR	R\$ MIL					
	DEZEMBRO 2009			DEZEMBRO 2008		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Concentrado de urânio		111.199	111.199	-	104.442	104.442
Elementos prontos	324.634	239.771	564.405	286.903	141.888	428.791
Serviços em curso		137.161	137.161	-	214.751	214.751
SALDO	324.634	488.131	812.765	286.903	461.081	747.984

b) Material de almoxarifado

Devido às características próprias e específicas dos projetos de usinas nucleares e, considerando serem seus componentes e respectivos sobressalentes de fabricação restrita, reduzida e na sua quase totalidade adquirida do exterior, é necessário que se mantenha em estoque uma gama de material adequado e compatível às necessidades específicas a cada usina, de modo a garantir a sua performance e fluxo contínuo de operação.

Em 31 de dezembro de 2009, o montante das contas de material de almoxarifado no ativo circulante e não circulante totaliza R\$ 307.882 mil (R\$ 295.374 mil - 31 de dezembro de 2008).

NOTA 6 - FUNDO FINANCEIRO PARA O DESCOMISSIONAMENTO

O descomissionamento de usinas nucleares constitui-se de um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito.

Para permitir a inserção na ELETRONUCLEAR dos custos a serem incorridos com o descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2, vem sendo constituído contabilmente um passivo com base em estudos técnicos elaborados pela Companhia, conforme Nota 15.

De acordo com a determinação do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, as atribuições pelas atividades de instituir e viabilizar o fundo para fazer face ao efetivo descomissionamento das usinas nucleares Angra 1 e Angra 2, ao final da vida útil econômica das referidas usinas, foram atribuídas a ELETROBRÁS.

Desta forma, e em cumprimento as recomendações do Relatório do Grupo de Trabalho de 05 de dezembro de 2007, a ELETRONUCLEAR apresentou em dezembro de 2007, à ELETROBRÁS, os valores estimados do passivo para o descomissionamento, para permitir àquela controladora a realização dos cálculos das parcelas a serem recolhidas ao fundo financeiro a partir de 2008, de modo que, ao final da vida útil econômica de cada usina, esse fundo com os respectivos rendimentos a serem auferidos, atinja os montantes estabelecidos em US\$ 307 milhões para Angra 1 e US\$ 426 milhões para Angra 2.

Também, conforme recomendação do Relatório supramencionado, a ELETRONUCLEAR, a partir de 2008, deveria efetuar mensalmente os depósitos à conta do fundo, após a ELETROBRÁS instituí-lo, para a sua efetiva formação financeira.

Em 15 de janeiro de 2008, a ELETROBRÁS fixou as diretrizes para a implementação do fundo financeiro, informando a conta corrente para os depósitos, as datas de recolhimentos, bem como os valores das quotas mensais a serem recolhidas no exercício de 2008.

Assim sendo, a ELETRONUCLEAR, em 20 de fevereiro de 2008, iniciou o processo de pagamentos à ELETROBRÁS para os devidos recolhimentos ao fundo financeiro para o descomissionamento, com os depósitos da primeira quota das vinte e cinco estabelecidas no parcelamento para os valores de competência dos exercícios de 2005 a 2007 e, da primeira quota da parcela relativa ao exercício de 2008.

A ELETROBRÁS fixou o montante a ser depositado no exercício de 2009 em R\$ 30.304 mil.

Mensalmente a ELETROBRÁS informa à ELETRONUCLEAR os rendimentos financeiros incorridos durante o período sobre as aplicações do Fundo, com a devida tributação do imposto de renda de fonte.

O registro contábil do repasse à ELETROBRÁS para os depósitos no fundo para o descomissionamento está sendo consignado à conta de fundo vinculado do ativo não circulante, no realizável a longo prazo. Os rendimentos financeiros líquidos do imposto de renda são considerados no saldo dessa conta e o valor do imposto de renda retido sobre tais rendimentos em nome da ELETROBRÁS, é contabilizado em contas a receber, do ativo circulante.

Durante o exercício de 2009, o fundo gerou resultado negativo em função dos seus ativos estarem vinculados ao dólar norte-americano, que neste exercício apresentou desvalorização em relação ao Real.

Abaixo, o quadro da composição do fundo para o descomissionamento:

FUNDO FINANCEIRO PARA O DESCOMISSIONAMENTO				
DESCRIÇÃO	DEZ/09		DEZ/08	
	US\$ MIL	R\$ MIL	US\$ MIL	R\$ MIL
Quotas dos exercícios 2005/2006/2007	7.479	15.927	3.971	7.286
Quotas de 2008 e 2009	30.751	56.439	14.497	26.098
Total de quotas recolhidas	38.230	72.366	18.468	33.384
Rendimentos (perdas) líquidos auferidos até 31 de dezembro		(5.628)		8.476
SALDO		66.738		41.860

NOTA 7 - ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Companhia, observando-se as disposições aplicáveis quanto à inclusão de despesas não dedutíveis, receitas não tributáveis, consideração de diferenças temporárias e existência de saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados.

A Companhia possui prejuízo fiscal no montante de R\$ 1.649.622 mil (R\$ 1.876.758 mil - 31 de dezembro de 2008) e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 1.847.318 mil (R\$ 1.874.250 mil - 31 de dezembro de 2008), cujos créditos fiscais correspondentes não estão contabilizados integralmente por força da NPC nº 26 do IBRACON aprovada pela Instrução CVM nº 371/02 (Nota 13).

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa da CSLL são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

NOTA 8 - IMOBILIZADO

Os bens e instalações utilizados na produção são vinculados ao serviço público de energia elétrica, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador, segundo a legislação federal vigente.

A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Nesse exercício de 2009, a principal transferência do imobilizado em curso para o imobilizado em serviço, foi o custo das ordens de imobilização referentes a troca dos geradores de vapor da usina Angra 1, no montante de R\$ 704.816 mil. Outras transferências que ocorreram no exercício referem-se aos custos de imobilizado em curso para em serviço das usinas Angra 1 e 2 e de infra-estrutura, perfazendo um valor total de R\$ 814.090 mil (R\$ 632.682 mil em dezembro de 2008).

O valor apresentado como retificação do ativo não circulante -imobilizado, sob o título de obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica, refere-se principalmente à verba federal de recursos concedidos pelo Conselho Nacional de Petróleo - CNP e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, aplicada na construção da usina Angra 1, por ocasião do seu início. Em virtude de sua natureza, esse valor não representa obrigação financeira para a Companhia.

O Imobilizado em Serviço está composto pelos seguintes bens e instalações:

- Usina Angra 1, que iniciou sua produção comercial de energia em 01 de janeiro de 1985;
- Usina Angra 2, que iniciou sua produção comercial de energia em 01 de setembro de 2000;
- Equipamentos de informática, veículos, mobiliários e equipamentos diversos.

O Imobilizado em Curso está composto pelos seguintes bens e instalações

- Usina Angra 1 - Obras complementares, melhorias e adições;
- Usina Angra 2 - Obras complementares, melhorias e adições;
- Usina Angra 3 - Custo do empreendimento em desenvolvimento;
- Outros - Obras e instalações de infraestrutura.

Abaixo, quadro com a composição do imobilizado:

DESCRITIVO	% Taxas Anuais Médias de Depreciação	IMOBILIZADO			
		DEZ 09			DEZ 08
		Custo	Depreciação e amortização acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
EM SERVIÇO					
Geração Termonuclear	3,3	6.857.869	(2.233.570)	4.624.299	4.006.145
Angra 1		1.661.586	(709.254)	952.332	263.455
Angra 2		5.113.556	(1.483.247)	3.630.309	3.705.051
Outros		82.727	(41.069)	41.658	37.639
Administração	10	13.934	(7.011)	6.923	7.903
Total em Serviço		6.871.803	(2.240.581)	4.631.222	4.014.048
EM CURSO					
Geração Termonuclear		2.275.295	-	2.275.295	2.561.144
Angra 1		277.223		277.223	678.284
Angra 2		142.189		142.189	96.736
Angra 3		1.825.710		1.825.710	1.683.732
Outros		30.173		30.173	102.392
Administração		3.365		3.365	410
Total em Curso		2.278.660	-	2.278.660	2.561.554
TOTAL		9.150.463	(2.240.581)	6.909.882	6.575.602
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	3,3 / 10	(47.550)	46.891	(659)	(2.245)
VALOR LÍQUIDO		9.102.913	(2.193.690)	6.909.223	6.573.357

A Administração da Companhia avalia em bases periódicas, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais desgastes desses ativos ou grupos de ativos, que levem à sua não recuperação plena.

São identificadas as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos e determinada a mensuração de eventuais perdas. Quando não é possível, ou quando impraticável estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante estimado da recuperação da unidade geradora de caixa a qual pertence o ativo.

Na avaliação do valor justo, são utilizados fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por taxa de desconto posterior à tributação que reflete uma avaliação de mercado corrente no tempo, valor do dinheiro e riscos específicos relacionados ao ativo ou grupo de ativos.

Os resultados encontrados nos estudos desenvolvidos para o presente balanço, com base nas premissas conhecidas, não apontam a necessidade de ajuste contábil de "impairment" na ELETRONUCLEAR.

Empreendimento Usina Nuclear Angra 3

O principal componente do ativo imobilizado em curso é o empreendimento Angra 3 com investimentos realizados totalizando R\$ 1.825.710 mil em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 1.683.732 mil em 31 de dezembro de 2008), cujas obras de construção encontram-se em andamento, apresentando resumidamente a seguinte situação:

- Autorização para a Retomada do Empreendimento:

O Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, através da Resolução nº 3/2007, de 25 de junho de 2007, determinou que a ELETROBRÁS e a ELETRONUCLEAR conduzissem a retomada da construção da usina.

- Processo de Licenciamento Ambiental

Atendidas, pela Eletronuclear, as condicionantes da Licença Prévia concedida pelo IBAMA em 23 de julho de 2008, em 05 de março de 2009, foi expedida pelo IBAMA a Licença de Instalação nº 591/2009 de Angra 3 com prazo de validade de seis anos, observadas as condicionantes estabelecidas na referida licença.

- Alvará de Uso do Solo

Em 24 de junho de 2009, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis concedeu o Alvará de Licença de Construção nº 108/2009 para Angra 3.

- Processo de Licenciamento Nuclear:

Em 09 de março de 2009, a Comissão Nacional de Energia Nuclear, através da Portaria CNEN/PR nº 016, concedeu a Licença Parcial de Construção para Angra 3, restrita à execução do concreto de regularização da cava de fundações das edificações da planta e à execução da impermeabilização da laje de fundações do edifício do reator e edifício auxiliar do reator.

Aguarda-se que a CNEN emita brevemente a Autorização para a execução da concretagem das lajes de fundação das edificações do caminho crítico dos cronogramas executivos da obra civil.

- Contrato de Execução das Obras Civis:

Após apreciação pelo Tribunal de Contas da União - TCU e atendidas as recomendações e condicionantes do Acórdão TCU 1624/2009 para a renegociação de contrato de obras civis de Angra 3, a Eletronuclear e a Construtora Andrade Gutierrez assinaram o referido contrato em 14 de setembro de 2009.

- Processos Licitatórios para os Principais Serviços de Engenharia e da Montagem:

Em 21 de agosto de 2009 foi realizada Audiência Pública referente às principais licitações para a contratação de serviços de engenharia de projeto civil, eletromecânico, apoio ao gerenciamento do empreendimento e da montagem eletromecânica.

- Renegociação dos Contratos Vigentes para Angra 3:

No momento, a Eletronuclear vem renegociando os aspectos técnicos e comerciais de diversos contratos ainda vigentes que haviam sido assinados no passado, dentre os quais se destacam os contratos com a Areva para o fornecimento de bens e serviços importados e de garantias, com a Confab para o fornecimento principalmente de tanque e vasos mecânicos de grande porte, com a Bardella para o fornecimento de equipamentos de movimentação de carga, pontes rolantes e guindastes, com a Nuclep para o fornecimento dos condensadores principais e outros componentes mecânicos de grande porte, com a KSB para o fornecimento de bombas e outros equipamentos rotativos e com a EBSE para o fornecimento de tubos ferríticos.

- Execução de Obras de Infra-estrutura de Canteiro:

Já foram encerradas em 2009, ou ainda estão em curso, diversas obras visando criar as condições ideais de infra-estrutura para a implantação de Angra 3. Dentre estas se destacam a implantação de duas novas centrais de concreto e a construção, ampliação, reformas ou melhorias de diversas facilidades, tais como: estação de tratamento de esgotos, rede de água industrial e de combate a incêndio, cantina da obra, central de embutidos, oficina de manutenção mecânica, sanitários de campo, rede elétrica de canteiro, terraplenagem e drenagem de acessos e pátios, ampliação de almoxarifados, depósito de gases, central de estruturas metálicas, central de jateamento e pintura, depósito de tintas, central de refrigeração, laboratório de solos e concreto, lavador de betoneiras, depósito de materiais acabados, subestação provisória, montagem dos guindastes de torre etc.

- Execução de Obras de Construção Civil:

Considerando a Licença Parcial de Construção emitida pela CNEN em 09 de março de 2009, até 31 de dezembro de 2009 foi executado o concreto de regularização da cava de fundações para as principais edificações da usina tais como: edifício do reator, edifício auxiliar do reator, edifício da turbina, edifício de controle, edifício de alimentação de emergência, edifício de purificação de condensado, edifício dos geradores de emergência e água gelada, estrutura da eclusa de equipamentos e do pórtico, estrutura para transformadores de rede externa, galeria de água de refrigeração principal, galerias de tubulações e cabos etc.

Também foram executadas as impermeabilizações das fundações do edifício do reator e edifício auxiliar do reator.

Em dezembro de 2009 tiveram início os serviços de montagem das armações (ferragem) das lajes de fundações do edifício do reator e do edifício da turbina e os serviços de distribuição da malha de aterramento do edifício da turbina.

NOTA 9 - INTANGÍVEL

A Lei nº 11.638/07 de 28 de dezembro de 2007, no artigo 178, criou o grupo contábil Intangível no ativo não circulante, cujo conteúdo e definições foram posteriormente estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC nº 04.

O ativo não circulante - intangível da Companhia compõe-se basicamente da aquisição de licença de uso do software do seu sistema corporativo central, denominado SAP R/3 e, de outros softwares aplicativos de uso específico e geral de valores substanciais, estando os mesmos registrados pelo custo de aquisição.

Esses bens, anteriormente, eram contabilizados no conjunto do ativo não circulante no grupo contábil Imobilizado, conforme estabelecia a legislação anterior.

Abaixo, quadro com a composição do Intangível:

INTANGÍVEL	% Taxa Anual Média de Amortização	R\$ MIL			
		DEZ/09			DEZ/08
		Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço	20%	40.593	(24.263)	16.330	5.995
Em curso		16.666		16.666	21.921
TOTAIS		57.259	(24.263)	32.996	27.916

NOTA 10 - FORNECEDORES

O saldo de fornecedores está composto de contas a pagar a empresas que fornecem materiais para o estoque do almoxarifado da operação, concentrado de urânio e serviços para o estoque de combustível nuclear e para aplicação direta no investimento e nas atividades estruturais da ELETRONUCLEAR.

A variação cambial destacada refere-se à atualização das faturas em moedas estrangeiras já processadas, desde seus registros até 31 de dezembro de 2009.

Abaixo, quadro com a composição da dívida com fornecedores:

FORNECEDORES	R\$ MIL					
	DEZ 09			DEZ 08		
	NACIONAL	EXTERIOR	SALDO	NACIONAL	EXTERIOR	SALDO
Faturas processadas	105.965	45.925	151.890	98.467	27.244	125.711
Variação cambial		(4.609)	(4.609)	-	5.616	5.616
Provisão serviços	134.734		134.734	40.176	21.990	62.166
SALDOS	240.699	41.316	282.015	138.643	54.850	193.493
	85,3%	14,7%	100%	71,7%	28,3%	100%

NOTA 11 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos, na sua totalidade contratados com a ELETROBRÁS, registrados no passivo circulante e não circulante em 31 de dezembro 2009 e 2008, são:

a) Composição analítica dos empréstimos com a ELETROBRÁS

DESCRIÇÃO	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS ELETROBRÁS							
	R\$ MIL							
	DEZEMBRO 2009				DEZEMBRO 2008			
	ENCARGOS	PRINCIPAL		TOTAL	ENCARGOS	PRINCIPAL		TOTAL
C.PRAZO		L.PRAZO	C.PRAZO			L.PRAZO		
EM EURO								
Bancos alemães	447	48.179	96.359	144.985	765	62.222	186.667	249.654
Total	447	48.179	96.359	144.985	765	62.222	186.667	249.654
EM REAL								
ANGRA 1 e 2		1.668	1.510.991	1.512.659	-	1.439	1.332.761	1.334.200
Capital de Giro	1.287	18.722	1.436.091	1.456.100	1.409	-	1.312.671	1.314.080
Total	1.287	20.390	2.947.082	2.968.759	1.409	1.439	2.645.432	2.648.280
TOTAL GERAL	1.734	68.569	3.043.441	3.113.744	2.174	63.661	2.832.099	2.897.934

Os empréstimos em moeda estrangeira referem-se a repasse de financiamentos contraídos junto aos bancos alemães DRESDNER BANK e KFW, aplicados na construção da Usina Angra 2.

Também foram contraídos com a ELETROBRÁS financiamentos em moeda nacional para as diversas etapas de melhoramentos da Usina Angra 2 e para a troca dos geradores de vapor da Usina Angra 1.

b) Composição dos empréstimos e financiamentos por moeda

DESCRIÇÃO	R\$ MIL	
	DEZ/09	DEZ/08
Moeda estrangeira - Euro	144.985	249.654
Moeda nacional	2.968.759	2.648.280
Total	3.113.744	2.897.934

c) Principais indicadores utilizados para atualização dos empréstimos com as respectivas variações percentuais

MOEDAS / INDICADORES	DEZ/09	DEZ/08	VARIAÇÃO PERCENTUAL
EURO x R\$	2,50733	3,23815	-22,57%
IGPM ₂	522,30500	531,44200	-1,72%

d) Dívida total de longo prazo, com seus vencimentos programados

ANO	R\$ MIL	
	DEZ 09	DEZ 08
2010		82.105
2011	69.777	82.411
2012	129.537	128.214
2013	118.012	76.650
2014	93.936	78.538
2015	77.618	62.757
Após 2015	2.554.561	2.321.424
TOTAIS	3.043.441	2.832.099

e) Mutações dos Empréstimos

	EM R\$ MIL				
	MOEDA NACIONAL		MOEDA ESTRANGEIRA		TOTAL
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	
Saldo em 31 de dezembro de 2007	30.568	1.657.995	153.900	606.732	2.449.195
Ingressos	-	101.200	-	-	101.200
Refinanciamentos	-	695.637	(277.733)	(414.239)	3.665
Encargos	264.627	-	57.726	-	322.353
Varição monetária e cambial	32	126.837	26.232	25.285	178.386
Transferência para o circulante	2.557	(75.399)	103.953	(31.111)	-
Capitalização	(139.162)	139.162	-	-	-
Amortização	(155.774)	-	(1.091)	-	(156.865)
Saldo em 31 de dezembro de 2008	2.848	2.645.432	62.987	186.667	2.897.934
Ingressos		143.155			143.155
Encargos	342.578		24.665		367.243
Varição monetária e cambial	(8)	(26.298)	(16.942)	(39.895)	(83.143)
Transferência para o circulante	20.049	(20.049)	50.413	(50.413)	-
Capitalização	(204.842)	204.842			-
Amortização	(138.948)		(72.497)		(211.445)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	21.677	2.947.082	48.626	96.359	3.113.744

NOTA 12 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

A seguir a composição das obrigações com tributos e contribuições sociais, que se apresentam consignados no passivo circulante e não circulante, na sua totalidade a vencer e sem registro de qualquer inadimplência.

TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	R\$ MIL			
	DEZEMBRO/09		DEZEMBRO/08	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
PASEP e COFINS	15.980		12.761	-
PASEP e COFINS - parcelamento	11.870	29.746	10.832	38.639
IPTU - parcelamento CNAAA	5.286	37.008	5.086	40.689
II - Imposto de Importação	3.216		2.218	-
IRRF - juros ELETROBRÁS	6.084		6.697	-
COSIRF	2.182		1.793	-
CIDE - parcelamento e outros	2.516		1.173	-
INSS	6.762		6.109	-
INSS - parcelamento processos	2.029	4.733	1.953	6.903
ISS sobre importação	2.862		1.135	-
FGTS	3.115		2.186	-
Outros	3.934		1.125	172
TOTAIS	65.836	71.487	53.068	86.403

NOTA 13 - PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia constitui imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias que geram uma posição passiva. A composição encontra-se detalhada a seguir:

DESCRIÇÃO	R\$ MIL					
	2009			2008		
	NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
	Contribuição Social	Imposto de Renda	TOTAL	Contribuição Social	Imposto de Renda	TOTAL
Ajuste a valor presente do descomissionamento	26.268	72.966	99.234	33.454	92.929	126.383
Varição Cambial não realizada- líquida	8.215	22.819	31.034	(12.928)	(35.911)	(48.839)
Provisão p/ Previdência Privada	(15.533)	(43.146)	(58.679)	(13.678)	(37.995)	(51.673)
Ajuste de avaliação de ativo atuarial	-	-	-	11.404	31.677	43.081
Provisão para Devedores Duvidosos	(2.171)	(6.032)	(8.203)	(2.160)	(6.000)	(8.160)
Provisão Atualização Depósitos Judiciais	378	1.051	1.429	372	1.033	1.405
Provisão p/ contingências Judiciais	(3.085)	(8.570)	(11.655)	(3.387)	(9.410)	(12.797)
Provisão p/ Desvalorização de títulos	(24)	(67)	(91)	(24)	(67)	(91)
sub/total	14.048	39.021	53.069	13.053	36.257	49.310
Compensação c/ prejuízos fiscais exer anteriores	(4.215)	(11.706)	(15.921)	(3.916)	(10.878)	(14.794)
TOTAL	9.831	27.315	37.148	9.137	25.379	34.516

NOTA 14 - PLANOS DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

A ELETRONUCLEAR é uma das patrocinadoras da REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social e do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos, que têm por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes.

I) FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA

a) Características do plano de complementação de aposentadoria

A REAL GRANDEZA tem como suas Patrocinadoras a Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR, FURNAS Centrais Elétricas S.A. e a REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social.

Em 09 de abril de 2003, a Secretaria de Previdência Complementar, pelo Ofício nº 379/SPC/GAB/GCTA, aprovou o Convênio de Adesão e Compromisso de Autopatrocínio da REAL GRANDEZA ao Plano de Contribuição Definida - CD, o que possibilitou a adesão a partir de 01 de maio de 2003, de empregados do quadro próprio da Entidade ao referido Plano CD.

Atualmente, a REAL GRANDEZA administra dois planos de benefícios: um na modalidade de Benefício Definido - BD e outro na modalidade de Contribuição Definida - CD e em ambos o regime atuarial de financiamento é o de capitalização.

O quadro a seguir demonstra o número de participantes em 31 de dezembro de 2009:

PLANO BD DA FRG	Nº PARTICIPANTES 31/12/2009
- Ativos	3.529
- Assistidos	5.653
- Beneficiários	1.137
TOTAL	10.319

Segundo as disposições do Regulamento do Plano BD, a contribuição normal da ELETRONUCLEAR é composta de uma parcela mensal equivalente a dos participantes ativos que é de: 2,4% sobre a parcela dos salários até ½ teto de contribuição da Previdência Social; 4,6% sobre a parcela dos salários de ½ teto até 1 teto de contribuição da Previdência Social e 13% sobre a parcela dos salários acima de 1 teto de contribuição da Previdência Social; e de uma parcela específica e permanente de 5,09% sobre o total da folha de pagamento.

As contribuições normais da ELETRONUCLEAR à REAL GRANDEZA, apropriadas no exercício para a constituição das provisões matemáticas de benefícios a conceder do Plano BD, atingiram R\$ 12.146 mil (R\$ 10.640 mil - 31 de dezembro de 2008).

A ELETRONUCLEAR apropriou no exercício o valor de R\$ 2.953 mil (R\$ 2.850 mil - 31 de dezembro de 2008) para cobertura das despesas administrativas do Plano BD.

Ao encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos previdenciários vencidos com a REAL GRANDEZA.

a.1) Deliberação CVM nº 371/00

Em atendimento ao pronunciamento IBRACON, NPC nº 26, aprovado pela Deliberação CVM nº 371 de 13 de dezembro de 2000, que dispõe sobre Contabilização de Benefícios a Empregados, seguem abaixo os resultados da avaliação atuarial em dezembro de 2009 e 2008 referente à participação da ELETRONUCLEAR no plano BD da REAL GRANDEZA, efetuada por atuários independentes:

a.1-1) Avaliação atuarial referente ao Plano Benefício Definido da participação da ELETRONUCLEAR

ESPECIFICAÇÃO	R\$ MIL	
	2009	2008
A. Reconciliação do (Passivo) / Ativo Líquido Total		
1. Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(636.188)	(610.453)
2. Valor justo dos ativos do plano no fim do exercício	653.678	566.021
3. Valor presente das obrigações em excesso aos ativos(1+2)	17.490	(44.432)
4. Ganhos (Perdas) atuariais ainda não reconhecidos (+/-)	950	50.098
(Passivo) / Ativo atuarial líquido total (3+4)	18.440	5.666
5. (Passivo) / Ativo atuarial líquido total a ser provisionado	18.440	
6. Instrumentos financeiros não incluídos no valor justo dos ativos	102.859	126.708
7. Ativo atuarial provisionado	-	126.708
7.1. Circulante		24.656
7.2. Não Circulante		102.052
8. Ativo reconhecido excedente à obrigação do Plano	18.440	-

Reconciliação do Passivo	R\$ MIL			
	Vr Presente Obrigações Atuariais	Vr Justo dos Ativos do Plano	(Ganhos) / Perdas Atuariais	(Passivo) / Ativo Líquido Total
Valor do início do exercício de 2007	(564.482)	531.705	43.841	11.064
Custo do serviço corrente	(12.735)	-	-	(12.735)
Custo dos juros	(56.733)	-	-	(56.733)
Rendimento esperado sobre os ativos	-	59.472	-	59.472
Ganhos ou perdas atuariais	1.535	(7.792)	6.257	-
Contribuições pagas	-	4.598	-	4.598
Benefícios pagos pelo plano	21.962	(21.962)	-	-
Valor ao final do exercício de 2008	(610.453)	566.021	50.098	5.666
Custo do serviço corrente	(12.420)	-	-	(12.420)
Custo dos juros	(63.454)	-	-	(63.454)
Rendimento esperado sobre os ativos		60.634		60.634
Ganhos ou perdas atuariais		16.545	(49.148)	(32.603)
Contribuições pagas	17.537	28.015		45.552
Benefícios pagos pelo plano	32.602	(17.537)		15.065
Valor ao final do exercício de 2009	(636.188)	653.678	950	18.440

a.1-2) Premissas utilizadas na avaliação atuarial Deliberação CVM 371/00

Bases de dados

Foi fornecida pela Companhia a base de dados dos participantes ativos e inativos, incluindo pensionistas, contendo matrículas, datas de nascimento, admissão e salários correntes. Também foram fornecidos os regulamentos de benefícios, informações contábeis e financeiras na data da avaliação, relatórios similares elaborados sob as normas da CVM no exercício anterior, assim como aqueles exigidos e encaminhados à Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social.

Hipóteses gerais

- Data inicial do benefício - Para fins de avaliações dos benefícios pós-emprego, foi considerada como data inicial do fluxo de compromissos futuros, aquela mais imediata em que os participantes adquirem o direito ao gozo dos benefícios.
- Taxa de inflação - De acordo com as premissas estabelecidas pela ELETROBRÁS, com base em estudos internos, a taxa de inflação adotada nas avaliações de todas as empresas do grupo foi estabelecida em 4,5% ao ano.
- Índice de dependência principal - Considerou-se que 95% dos participantes ativos do sexo masculino terão um cônjuge no momento de aposentadoria.
- Idade do cônjuge - Quando não disponível o dado efetivo no cadastro, considerou-se o sexo feminino quatro anos mais jovem que o titular dos benefícios.
- Idade de vinculação ao regime geral - Quando não disponível o dado efetivo, considerou-se 18 anos como momento inicial de vinculação ao regime geral.

Outras hipóteses atuariais e financeiras

- Mortalidade e sobrevivência > Tábua Geral AT-83.
- Entrada em invalidez > Tábua Light Fraca e AT 83.
- Rotatividade > nula
- Taxa de juros de longo prazo > 6% ao ano.
- Taxa de retorno de curto prazo > Refletindo o custo de oportunidade de curto prazo na economia brasileira, esta taxa foi estabelecida em 10,77%, compatível com o perfil de ativos financeiros garantidores. Foi adotada a mesma taxa no desconto de curto prazo.
- Incremento salarial > A taxa real de incremento dos salários a longo prazo adotada foi de 2 % ao ano.
- Incremento de benefícios do regime geral > Não foi considerado qualquer incremento real nos benefícios pagos pela previdência social.
- Incremento nos benefícios dos planos > Não foi considerado qualquer incremento real no valor dos benefícios depois de concedidos.
- Fator de capacidade > 0,98

a.1.3 - Registro contábil pela CVM 371/00

Com base na avaliação atuarial de 31 de dezembro de 2006, a Fundação Real Grandeza constituiu, utilizando-se do superávit acumulado, um Fundo Previdencial, com recursos destinados à quitação de Provisões Matemáticas a Constituir, de responsabilidade dos participantes, e eventual redução nas obrigações futuras da Patrocinadora, conforme Parecer Atuarial. O referido Fundo representava, em 31 de dezembro de 2007, R\$ 697.858 mil.

Em 31 de dezembro de 2007, a ELETRONUCLEAR registrou como receita do exercício, a parcela relativa exclusivamente aos contratos pactuados com a Fundação Real Grandeza, no montante de R\$ 136.661 mil, valor esse que no balanço de dezembro de 2008 registrava o saldo de R\$ 126.708 mil. Embora os resultado atuarial a REAL GRANDEZA, segundo a Deliberação da CVM 371/00, mantenha-se superatitário, a administração da Empresa optou por reverter o ativo atuarial constituído, até que sejam efetivadas ações que decorrerão dos estudos, com cenários variados, para efetivamente reduzir as contribuições de seu Plano de Custeio BD.

Em função dos referidos contratos não estarem incluídos no valor justo dos ativos, nos termos do artigo 60 da Deliberação CVM nº 371/2000, e pelo fato desta Patrocinadora ser garantidora e responsável pela formação e realização deste ativo, o direito foi reconhecido a título de diferimento.

Em 2007, a Secretaria de Previdência Complementar - SPC realizou fiscalização na Fundação Real Grandeza. Tendo em vista o excesso de contribuições em relação ao custo, especificamente no que trata do Plano de Benefício Definido (BD), a SPC determinou que a Fundação Real Grandeza adequasse o custeio do plano e realizasse estudos atuariais visando a redução das contribuições dos participantes.

Para atendimento à exigência da SPC, estão sendo finalizados diversos estudos, com cenários variados, para efetivamente reduzir as contribuições de seu Plano de Custeio BD. A Administração da Companhia prevê que tais estudos estarão finalizados e aprovados pela Fundação Real Grandeza e suas Patrocinadoras até o final do exercício de 2010.

Diante da impossibilidade de mensuração, em suas demonstrações contábeis, dos efeitos que possam advir de futuras avaliações econômico-atuariais decorrentes de projetos de gestão da Real Grandeza, a Companhia decidiu reverter o ativo atuarial registrado no valor de R\$ 126.708 mil em contrapartida ao resultado do exercício.

O superávit apresentado em 2009 não foi registrado pela Companhia em suas demonstrações contábeis.

b) Déficit atuarial

b-1) Termo de Reconhecimento e Consolidação de Dívidas

Em 14 de dezembro de 2000, a ELETRONUCLEAR celebrou com a Fundação um "Termo de Reconhecimento e Consolidação de Dívidas, Obrigação de Pagamento e Outras Avenças", no valor de R\$ 84.510 mil - base 31 de dezembro de 1999, consolidando, para pagamento em 144 parcelas mensais a partir de janeiro de 2001.

A remuneração da obrigação foi fixada em 6% ao ano e a última parcela possui vencimento em 26 de dezembro de 2012.

O saldo do termo de reconhecimento e consolidação de dívidas em 31 de dezembro de 2009, corresponde a R\$ 65.284 mil (R\$ 85.760 mil - 31 de dezembro de 2008), dos quais R\$ 20.506 mil classificados no passivo circulante (R\$ 19.604 mil - 31 de dezembro de 2008) e R\$ 44.778 mil no passivo não circulante (R\$ 66.156 mil - 31 de dezembro de 2008).

b-2) Contrato de Reserva a Amortizar

Em 13 de outubro de 2003, a REAL GRANDEZA firmou com a ELETRONUCLEAR o denominado Contrato da Reserva a Amortizar, correspondendo às parcelas de déficit de responsabilidades das mesmas, referentes ao atendimento à EC nº 20/98, no montante de R\$ 32.775 mil, referidos a novembro de 2001. Este montante corrigido com base no fator de atualização do plano BD, isto é, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), e acrescido de juros de 6% ao ano, a ser pago em 144 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2004.

O saldo dessa obrigação em 31 de dezembro de 2009, monta R\$ 37.575 mil (R\$ 40.948 mil - 31 de dezembro de 2008), dos quais R\$ 5.544 mil estão classificados no passivo circulante (R\$ 5.052 mil - 31 de dezembro de 2008) e R\$ 32.031 mil no passivo não circulante (R\$ 35.896 mil - 31 de dezembro de 2008).

b-3) Quadro sintético do saldo das dívidas

Segundo as disposições contidas no Termo de Reconhecimento e Consolidação de Dívida, bem como no Contrato de Reserva a Amortizar, a movimentação e composição das dívidas estão assim compreendidas:

DÍVIDAS COM A FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA			
MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA DE 01/01/09 A 31/12/09	R\$ MIL		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2008	24.656	102.052	126.708
Juros incorridos no exercício	6.701	-	6.701
Variação monetária incorrida no exercício	(60)	605	545
Pagamentos realizados no exercício	(31.095)	-	(31.095)
Transferência para o Circulante	25.848	(25.848)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009	26.050	76.809	102.859

b-4) Dívida total por vencimento

TOTAL DÍVIDAS COM A FRG	
VENCIMENTO	R\$ MIL
2010	26.050
2011	27.419
2012	29.064
2013	6.385
2014	6.768
Após 2014	7.173
TOTAL	102.859

c) Características do Plano de cobertura médica para aposentados por invalidez e de seguro de vida em grupo

c.1) Plano de cobertura médica para aposentados por invalidez

A Companhia garante aos funcionários que vierem a se aposentar a cobertura de assistência médica extensiva aos seus dependentes, gerando compromissos potenciais de longo prazo a massa ativa. Esses compromissos foram avaliados sob a hipótese da entrada em invalidez de acordo com a tábua biométrica selecionada (LIGHT Fr) e com base no atual ônus arcado pela Companhia com a massa já aposentada.

c.2) Seguro de vida em grupo

A Companhia subsidia 75 % do custo anual de seguro de vida em grupo para os empregados em atividade. Essa apólice permite a adesão de empregados aposentados que arcam com a integralidade do prêmio estabelecido. Como o prêmio é unificado para ambas categorias de benefícios, o subsídio da Companhia para a massa ativa acaba sendo indiretamente transferido para o custeio de parte do prêmio atribuível à massa inativa, também gerando compromissos de longo prazo.

c.3) Avaliação atuarial referente aos Planos Saúde e Seguro de Vida.

Reconciliação dos Planos	R\$ MIL		
	Seguro Obrigações atuariais	Saúde Obrigações atuariais	(Passivo) / Ativo Líquido Total
Valor do início do exercício de 2007	-	-	-
Ganhos ou perdas atuariais	(14.318)	(31.059)	(45.377)
Valor ao final do exercício de 2008	(14.318)	(31.059)	(45.377)
Custo do serviço corrente	(258)	(970)	(1.228)
Custo dos juros	(867)	(1.970)	(2.837)
Ganhos ou perdas atuariais	(1.339)	(14.500)	(15.839)
Benefícios pagos pelo plano		1.559	1.559
Valor ao final do exercício de 2009	(16.782)	(46.940)	(63.722)

II) NUCLEOS

a) Informações gerais

O NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social tem como suas Patrocinadoras: Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR; Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB; Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP e NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social.

O atual plano de benefícios do NUCLEOS é do tipo Benefício Definido e o seu regime atuarial de financiamento é o de capitalização individual.

Segundo as disposições contidas no Plano Básico de Benefícios, o custeio da entidade, reavaliado anualmente, aponta que a ELETRONUCLEAR deverá contribuir mensalmente com uma parcela equivalente à aplicação de uma taxa de 8,25% sobre a folha salarial de empregados participantes do NUCLEOS, sendo 3,92% correspondente ao custo normal e 4,33% para a cobertura da Provisão Matemática a Constituir - Serviço Passado.

Considerando que o parágrafo 3º, do artigo 202, da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, dispõe que é vedado o aporte de recursos à entidade de previdência privada por sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do participante.

Considerando, ainda, que os participantes do NUCLEOS contribuem para entidade com uma parcela mensal equivalente, em média, à aplicação de uma taxa de 3,92% da mesma folha, conclui-se que a relação entre as taxas de contribuição normal da Patrocinadora e participantes atendem à determinação legal contida no parágrafo anterior.

A contribuição de 4,33%, vertida pela ELETRONUCLEAR ao NUCLEOS, para a cobertura da Provisão Matemática a Constituir - Serviço Passado é referente ao pagamento de 240 prestações mensais, a partir de dezembro de 2000 até junho de 2020, com incidência inclusive sobre o 13º salário de cada ano, para cobertura de compromissos especiais em função da Reserva de Tempo Anterior.

O quadro a seguir demonstra o número de participantes em 31 de dezembro de 2009:

PARTICIPANTES	SISTEMA NUCLEOS		ELETRONUCLEAR	
	2009	2008	2009	2008
- Ativos	2.960	2.547	1.371	1.165
- Assistidos	960	700	208	144
- Beneficiários	196	181	43	36
TOTAL	4.116	3.428	1.622	1.345

As contribuições normais ao Instituto NUCLEOS, apropriadas, no exercício, para a constituição das reservas matemáticas de benefícios a conceder, atingiram R\$ 10.093 mil (R\$ 11.484 - 31 de dezembro de 2008).

Ao encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos vencidos com o NUCLEOS.

b) Deliberação CVM nº 371/00

Em atendimento ao pronunciamento IBRACON, NPC nº 26, aprovado pela Deliberação CVM nº 371 de 13 de dezembro de 2000, que dispõe sobre Contabilização de Benefícios a Empregados, seguem abaixo os resultados da avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2008 e 2009 referente à participação da ELETRONUCLEAR no plano BD do NUCLEOS, efetuada por atuários independentes:

Reconciliação do Passivo	R\$ MIL			
	Vr Presente Obrigações Atuariais	Vr Justo dos Ativos do Plano	(Ganhos) / Perdas Atuariais	(Passivo) / Ativo Líquido Total
Valor do início do exercício de 2007	(392.227)	400.084	(121.167)	(113.310)
Custo do serviço corrente	(18.462)	-	-	(18.462)
Custo dos juros	(43.923)	-	-	(43.923)
Rendimento esperado sobre os ativos	-	45.568	-	45.568
Amortizações	-	-	5.072	5.072
Ganhos ou perdas atuariais	11.734	(75.651)	63.917	-
Contribuições pagas	-	18.452	-	18.452
Benefícios pagos pelo plano	7.239	(7.239)	-	-
Valor ao final do exercício de 2008	(435.639)	381.214	(52.178)	(106.603)
Custo do serviço corrente	(11.839)	-	-	(11.839)
Custo dos juros	(45.505)	-	-	(45.505)
Rendimento esperado sobre os ativos	-	41.090	-	41.090
Ganhos ou perdas atuariais	(41.582)	127.926	(86.345)	(1)
Contribuições pagas	-	13.996	-	13.996
Benefícios pagos pelo plano	8.747	(8.747)	-	-
Valor ao final do exercício de 2009	(525.818)	555.479	(138.523)	(108.862)

ESPECIFICAÇÃO	R\$ MIL	
	2009	2008
A. Reconciliação do (Passivo) / Ativo Líquido Total		
1. Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(525.818)	(435.639)
2. Valor justo dos ativos do plano no fim do período	555.479	381.214
3. Valor presente das obrigações em excesso aos ativos(1+2)	29.661	(54.425)
4. Ganhos (Perdas) atuariais ainda não reconhecidos (+/-)	(138.523)	(52.178)
(Passivo) / Ativo atuarial líquido total (3+4)	(108.862)	(106.603)
5. (Passivo) / Ativo atuarial líquido total a ser provisionado	(108.862)	(106.603)

A insuficiência do ativo líquido, ao final do exercício de 2009, apurado pelo Método do Crédito Unitário Projetado e à luz da Deliberação CVM nº 371/00, no valor de R\$ 108.862 mil, correspondente ao passivo atuarial da ELETRONUCLEAR, é resultante:

(i) da aplicação do critério de avaliação atuarial diferente daquele utilizado pelo Instituto, que se vale do Método Agregado, além dos ajustes nas hipóteses atuariais utilizadas nos cálculos;

(ii) do NUCLEOS considerar o acordo de financiamento da dívida da INB como parte dos recursos garantidos dos compromissos assumidos com seus participantes e assistidos; e

(iii) do fato do custeio do plano de benefícios ser compartilhado entre as patrocinadoras, em função da solidariedade.

b.1) Premissas utilizadas na avaliação atuarial Deliberação CVM nº 371/00

Bases de dados

Foi fornecida pela Companhia a base de dados dos participantes ativos e inativos, incluindo pensionistas, contendo matrículas, datas de nascimento, admissão e salários correntes. Também foram fornecidos os regulamentos de benefícios, informações contábeis e financeiras na data da avaliação, relatórios similares elaborados sob as normas da CVM no exercício anterior, assim como aqueles exigidos e encaminhados à Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social.

Vide hipóteses gerais e outras hipóteses atuariais e financeiras nesta nota, item a.1-2.

NOTA 15 - DESCOMISSIONAMENTO DAS USINAS NUCLEARES

a) Constituição do Passivo

O descomissionamento de usinas nucleares refere-se à obrigação para desmobilização dos ativos destas usinas, para fazer face aos custos a serem incorridos ao final da vida útil econômica das mesmas. A formação dessa obrigação é constituída de um passivo formado em quotas mensais, fixadas com base em estudos técnicos elaborados pela Companhia.

O descomissionamento pode ser entendido como um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito.

É premissa fundamental para a formação desse passivo para o descomissionamento, que o valor estimado para a sua realização deva ser atualizado ao longo da vida útil econômica das usinas considerando os avanços tecnológicos, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação, os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional das usinas.

O quadro abaixo resume a posição dos valores correspondentes ao passivo total de descomissionamento, antes do ajuste a valor presente:

US\$ MIL - R\$ MIL					
USINA	MOEDA	DEZ/09		DEZ/08	
		QUOTAS PRO-RATA	QUOTAS A REALIZAR	ESTIMATIVA TOTAL	ESTIMATIVA TOTAL
ANGRA 1	US\$	189.956	117.044	307.000	307.000
	R\$	334.093	200.455	534.548	717.459
ANGRA 2	US\$	96.738	329.262	426.000	426.000
	R\$	173.076	568.675	741.751	995.562
TOTAL	US\$	286.694	446.306	733.000	733.000
	R\$	507.169	769.130	1.276.299	1.713.021
		40%	60%	100%	

b) Ajuste a valor presente

Uma das principais alterações da Lei nº 11.638/07, que revogou e introduziu novos dispositivos à lei das sociedades por ações, foi a alteração do artigo 184, inciso III, da Lei nº 6.404/76, que determina que as obrigações, encargos e riscos classificados no passivo exigível a longo prazo sejam ajustados ao seu valor presente. A regulamentação desse novo conceito de ajuste a valor presente está consubstanciada na Deliberação CVM nº 564 de 17 de dezembro de 2008, que aprova Pronunciamento Técnico CPC nº 12, caracterizando o passivo para descomissionamento como um item passível de ajuste.

No cálculo do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento, é considerado o custo total estimado para o descomissionamento, descontado a uma taxa que represente o custo de capital da Companhia, desde o final da vida útil econômica de cada usina até a data do balanço. Para o exercício de 2008 a taxa utilizada foi de 8,57% ao ano, taxa essa fixada para o ajuste a valor presente de todas as empresas do sistema ELETROBRÁS. O montante registrado a débito do passivo para descomissionamento no exercício de 2008 foi de R\$ 371.716 mil.

b-1) Abaixo quadro com a síntese do passivo para o descomissionamento:

PASSIVO PARA DESCOMISSIONAMENTO				
USINAS	R\$ MIL			
	DEZ/09			DEZ/08
	PASSIVO TOTAL	PASSIVO QUOTAS	VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	534.548	334.093	155.718	192.504
ANGRA 2	741.751	173.075	59.588	73.664
SALDOS ESTIMADOS	1.276.299	507.168	215.306	266.168

b-2) O efeito líquido no resultado do exercício decorrente das operações contábeis envolvendo o passivo para o descomissionamento é uma receita de de R\$ 50.862 mil, conforme segue:

PASSIVO PARA DESCOMISSIONAMENTO - DEZEMBRO 2009				
EFEITO LÍQUIDO NO RESULTADO DO EXERCÍCIO				
ITEM RESULTADO	R\$ MIL			
	EFEITO	ANGRA 1	ANGRA 2	TOTAL
Quotas constituídas	Despesa	15.277	21.198	36.475
Variação cambial	Receita	(111.659)	(55.532)	(167.191)
Ajuste a valor presente	Despesa	59.597	20.257	79.854
RESULTADO LÍQUIDO	Receita	(36.785)	(14.077)	(50.862)

NOTA 16 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA NO RESULTADO

a) Lucro real (prejuízo fiscal) e base negativa de contribuição social

O cálculo do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social segue demonstrado:

DESCRIÇÃO	R\$ MIL			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	DEZ/09	DEZ/08	DEZ/09	DEZ/08
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	79.200	(280.234)	79.200	(280.234)
Adições				
Varição cambial passiva total - temporária	93.592	431.986	93.592	431.986
Ajuste a valor presente - descomissionamento	94.342	-	94.342	-
Varição cambial ativa liquidada - temporária	9.513	17.225	9.513	17.225
Dotação à Fundação de Assistência Médica - permanente	20.602	18.367	20.602	18.367
Reversão de ativo atuarial - permanente	126.709		126.709	
Provisão pa Previdência Privada	20.604	45.377	20.604	45.377
Provisão para contingências	3.191	11.738	3.191	11.738
Multas não dedutíveis - parcelamento pasesp e confins	373	8.857	-	-
Outras	1.460	1.017	1.157	620
	370.386	534.567	369.710	525.313
Exclusões				
Varição cambial ativa total - temporária	306.656	220.213	306.656	220.213
Varição cambial passiva liquidada - temporária	31.369	17.865	31.369	17.865
Reversão de provisão para contingências	6.548	(9.953)	6.549	(9.953)
Ajuste a valor presente - descomissionamento	14.488	106.513	14.488	106.513
Outras	72	11.102	72	11.102
	359.133	345.740	359.134	345.740
Prejuízo fiscal / Base negativa da contribuição social		(91.407)		(100.661)
Lucro real / Base positiva da contribuição social antes compensações	90.453		89.776	
Compensação de prejuízos fiscais de exercicios anteriores	27.136		26.933	
Lucro real / Base positiva da contribuição social após compensações	63.317		62.843	
Alíquotas dos tributos	15% + 10		9%	
Imposto de renda e contribuição social - efeito líquido no resultado (*)	15.805		5.656	

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

31/12/2009			
Imposto de Renda e e Contribuição Social Diferidos no Resultado	R\$ MIL		
	Contribuição Social	Imposto de Renda	TOTAL
Ajuste a valor presente do descomissionamento	(7.187)	(19.964)	(27.150)
Varição Cambial Ativa não realizada- Líquida	21.143	58.730	79.873
Provisão para Previdência Privada	(1.854)	(5.151)	(7.005)
Ajuste de avaliação de ativo atuarial	(11.404)	(31.677)	(43.081)
Provisão para Devedores Duvidosos	(11)	(32)	(43)
Provisão para Correção Monetária Depósitos Judiciais	6	18	24
Provisão para contingências Judiciais	302	840	1.142
sub/total	995	2.764	3.759
Compensação com prejuízos fiscais exer anteriores	(299)	(829)	(1.128)
TOTAL	697	1.935	2.632

31/12/2008			
Imposto de Renda e e Contribuição Social Diferidos no Resultado	R\$ MIL		
	Contribuição Social	Imposto de Renda	TOTAL
Ajuste a valor presente do descomissionamento	9.586	26.628	36.214
Varição Cambial Ativa não realizada- Líquida	(12.928)	(35.911)	(48.839)
Provisão para Previdência Privada	(13.678)	(37.995)	(51.673)
Ajuste de avaliação de ativo atuarial	11.404	31.677	43.081
Provisão para Devedores Duvidosos	(2.160)	(6.000)	(8.160)
Provisão para Correção Monetária Depósitos Judiciais	372	1.033	1.405
Provisão para contingências Judiciais	(3.387)	(9.410)	(12.797)
Provisão para Desvalorização de Títulos	(24)	(67)	(91)
sub/total	(10.816)	(30.044)	(40.860)
Compensação com prejuízos fiscais exer anteriores	(3.916)	(10.877)	(14.793)
TOTAL	(14.732)	(40.921)	(55.653)

NOTA 17 - CONTINGÊNCIAS

A Companhia, amparada pela sua Procuradoria Jurídica, mantém o registro no passivo não circulante, de provisão para contingências judiciais, consideradas de perda provável para a Companhia, conforme quadro abaixo:

CONTINGÊNCIAS	R\$ MIL			
	DEZEMBRO/09		DEZEMBRO/08	
	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais
TRABALHISTAS				
Data-Base dos Engenheiros	15.732		15.732	-
Diferenças de remunerações	5.206	4.184	5.871	2.352
Planos Bresser, Collor, etc.	4.656	1.205	2.828	1.101
Outras	444	434	263	182
	26.038	5.823	24.694	3.635
CÍVEIS				
Desapropriações	8.760	226	8.790	226
Responsabilidade civil	778	197	993	197
Outros	2.639	859	785	859
	12.177	1.282	10.568	1.282
TRIBUTÁRIAS				
Tributos Federais	126	79	6.095	-
INSS	11.587	11.600	11.991	3.325
	11.713	11.679	18.086	3.325
TOTAL	49.928	18.784	53.348	8.242
Total das contingências líquidas	31.144		45.106	

A ação trabalhista Data-Base dos Engenheiros, no valor de R\$ 15.732 mil, refere-se à reclamação trabalhista movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro contra FURNAS Centrais Elétricas S.A., ajuizada antes da data da cisão daquela empresa, que contempla empregados transferidos por sucessão trabalhista para a ELETRONUCLEAR. Tal contingência é integralmente de responsabilidade de FURNAS, conforme previsto no item 5, do Termo Aditivo ao Protocolo ajustado com FURNAS em 23 de maio de 1997, estando portanto correspondida a um direito de igual valor registrado na conta "Outros direitos" no ativo não circulante - realizável a longo prazo.

De acordo com a Deliberação CVM nº 489/05, o montante em 31 de dezembro de 2009, de R\$ 18.784 mil (R\$ 8.242 mil - 31 de dezembro de 2008) dos depósitos judiciais referentes a contingências de perda provável, destacado no quadro acima, está apresentado deduzido no passivo contingente correspondente, no passivo não circulante.

A ELETRONUCLEAR possui também registros de outros depósitos judiciais, consignados no ativo não circulante - realizável a longo prazo, no valor de R\$ 6.827 mil, de perda possível e remota (R\$ 6.165 mil - 31 de dezembro de 2008), na conta cauções e depósitos vinculados.

Conforme informações adicionais da Procuradoria Jurídica da Companhia, os processos judiciais movidos na condição de perda possível contra a Companhia, não provisionados, montam R\$ 103.858 mil em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 46.347 mil - 31 de dezembro de 2008), sendo R\$ 36.526 mil de processos de natureza trabalhista (R\$ 34.852 mil - 31 de dezembro de 2008), R\$ 62.673 mil de ações tributárias (R\$ 9.022 mil - 31 de dezembro de 2008) e outros de natureza cível no valor de R\$ 4.659 mil (R\$ 2.473 mil - 31 de dezembro de 2008). Dentre essas ações de causa possível, destaca-se a ação de execução fiscal movida pelo Estado do Rio de Janeiro em 2009, cujo objeto é crédito de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços supostamente incidente sobre importação de mercadorias e efetuado indevidamente pela Companhia, sendo o valor questionado de R\$ 47.505 mil.

Também informa a Procuradoria Jurídica que os processos de contingência ativa com expectativa de ganho possível para retorno de caixa à ELETRONUCLEAR, não provisionados, somam R\$ 8.124 mil (R\$ 8.124 mil - 31 de dezembro de 2008), referentes a processos tributários federais.

NOTA 18 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Aumento de Capital

Em 29 de dezembro de 2008, foi realizada a 78ª Assembléia Geral Extraordinária da ELETRONUCLEAR, que homologou o aumento de capital social da Companhia de R\$ 264 mil, mediante a incorporação de crédito resultante de Juros sobre Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuada pela ELETROBRÁS, com a emissão de 572.450 ações ordinárias e 160.912 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, passando, por conseguinte, o capital social da Companhia de R\$ 3.295.768 mil para R\$ 3.296.032 mil. As novas ações foram integralmente subscritas pelo acionista controlador ELETROBRÁS, tendo em vista que nenhum dos acionistas minoritários exerceu a opção da subscrição prevista no artigo 171 da Lei nº 6.404/76.

b) Composição acionária

O capital social, representado por ações sem valor nominal, está assim distribuído:

SÍNTESE DO CAPITAL SOCIAL				
TIPO DE AÇÕES	DEZEMBRO/2009		DEZEMBRO/2008	
	Quantidade de ações	Valor do Capital Social - Reais -	Quantidade de ações	Valor do Capital Social - Reais -
Ordinárias	9.620.213.143	2.572.829.267,12	9.620.213.143	2.572.829.267,12
Preferenciais	2.704.168.333	723.202.628,44	2.704.168.333	723.202.628,44
TOTAL	12.324.381.476	3.296.031.895,56	12.324.381.476	3.296.031.895,56

As ações ordinárias são nominativas, com direito a voto.

As ações preferenciais são nominativas, sem direito a voto, não podendo ser convertidas em ações ordinárias, e terão as seguintes preferências ou vantagens, de acordo com o Estatuto da Companhia:

- prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio;
- dividendo prioritário, mínimo cumulativo de 10% ao ano, e participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos lucros que remanescerem depois de pago um dividendo de 12% ao ano às ações ordinárias
- direito a voto nas deliberações das Assembléias Gerais Extraordinárias sobre alterações no Estatuto.

Também de acordo com o Estatuto, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório anual calculado na base de 25% do lucro líquido, ajustado segundo a Lei das Sociedades por Ações.

c) Reservas de Capital

As reservas de capital compõem-se da remuneração das imobilizações em curso no montante de R\$ 903.064 mil (R\$ 903.064 mil - 31 de dezembro de 2008).

d) Reservas de Lucros

As reservas de lucros compõem-se da reserva legal de R\$ 19.573 mil (R\$ 16.818 mil - 31 de dezembro de 2008) e pela reserva de retenção de lucros de R\$ 103.823 mil (R\$ 103.823 mil - 31 de dezembro de 2008), totalizando R\$ 123.396 mil (R\$ 120.641 mil - 31 de dezembro de 2008).

e) Lucro do exercício

O lucro ao final do exercício é de R\$ 55.107 mil (prejuízo de R\$ 224.581 mil - em 31 de dezembro de 2008), e é explicado na Nota 25.

NOTA 19- REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

O Estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da Lei nº 11.638/07.

O lucro líquido do exercício de 2009 ajustado está sendo provisionado para distribuição na forma de dividendos, de acordo com o CMDE Contrato de Metas de Desempenho Empresarial assinado com a controladora ELETROBRÁS.

Os ajustes realizados no Patrimônio Líquido, referentes a resultados de competência de 2008, produziram efeitos positivos. Esse montante, também está sendo provisionado para ser distribuído na forma de dividendos.

O quadro a seguir, demonstra o total dos dividendos provisionados:

DESCRIÇÃO	R\$ MIL		
	Lucro do exercício	Ajuste em Exercícios Anteriores	Total Dividendos
Base de cálculo do dividendo	55.107	57.489	
(-) Reserva legal	2.755		
Saldo a distribuir	52.352	57.489	
Dividendos provisionados	52.352	57.489	109.841

A proposta de distribuição dos dividendos será deliberada em Assembléia Geral de acordo com a legislação societária.

NOTA 20 - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, e Resolução nº 10, de 30 de maio de 1995, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - CCE, a Companhia constituiu provisão para pagamento a título de participação nos lucros e resultados em 2009, no valor de R\$ 13.088 mil.

A aprovação da proposta de distribuição da Participação nos Lucros e Resultados será deliberada em Assembléia Geral Ordinária.

NOTA 21 - ENCARGOS FINANCEIROS E EFEITOS INFLACIONÁRIOS

Os encargos financeiros e as variações monetárias estão apropriados no resultado e no imobilizado em curso, de acordo com a Instrução Contábil 6.3.10, item 4, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Deliberação CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, conforme demonstrativo abaixo:

DESCRIÇÃO	R\$ MIL	
	2009	2008
	GERAÇÃO	GERAÇÃO
Encargos financeiros contabilizados no resultado	376.655	335.510
(-) Transferências para o imobilizado em curso	9.389	19.518
Efeito líquido no resultado	367.266	315.992

NOTA 22 - SALDO E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo venda de energia elétrica, em tarifas aprovadas pela ANEEL, e empréstimos e financiamentos contraídos junto à controladora ELETROBRÁS. Todas as demais transações são efetuadas em similaridade com o praticado no mercado.

Abaixo quadro do saldo e transações com as empresas consideradas partes relacionadas:

SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - R\$ MIL								
SALDOS	DEZ/09							DEZ/08
	Eletrobrás	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletronorte	Eletropar	TOTAL	TOTAL
Concessionárias		328.182					328.182	284.037
Fundo descomissionamento	66.738						66.738	41.860
Contas a receber	3.492	3.456					6.948	2.835
Contas a pagar							-	(3.412)
Fornecedores	-	(1.278)	(151)	(105)	(108)		(1.642)	(1.591)
Financiamentos captados	(3.113.744)						(3.113.744)	(2.897.934)
Saldo Líquido	(3.043.514)	330.360	(151)	(105)	(108)	-	(2.713.518)	(2.574.205)
TRANSAÇÕES	DEZ/09							DEZ/08
	Eletrobrás	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletronorte	Eletropar	TOTAL	TOTAL
Venda de energia		1.677.069					1.677.069	1.569.817
Cessão de funcionários	5.089					206	5.295	3.629
Despesa financeira	(163.909)						(163.909)	(129.410)
Receita financeira							-	9.961
Encargos uso da rede elétr.		(8.913)	(5.285)	(3.631)	(3.812)		(21.641)	(19.900)
Publicações oficiais							-	(620)
R G R	(34.365)						(34.365)	(43.859)
Saldo Líquido	(193.185)	1.668.156	(5.285)	(3.631)	(3.812)	206	1.462.449	1.389.618

A taxa de juros praticada nas captações de recursos com a ELETROBRÁS encontra-se detalhada na Nota 11.

NOTA 23 - TAXAS REGULAMENTARES

A Companhia incorreu no exercício, nos seguintes encargos do setor elétrico, apropriados ao resultado:

DESCRIÇÃO	R\$ MIL	
	2009	2008
Reserva Global de Reversão - RGR	42.792	40.641
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	7.520	6.453
Contribuição ao Operador Nacional do Sistema - ONS	77	66
TOTAL	50.389	47.160

NOTA 24 - SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

O Suprimento de energia elétrica das Usinas nucleares Angra 1 e Angra 2, fornecida à FURNAS, de 11.876.917 MWh* (12.851.577 MWh* - dezembro de 2008), corresponde a uma receita no exercício de R\$ 1.677.069 mil (R\$ 1.569.817 mil - 31 de dezembro de 2008).

* Informações não auditadas

Os valores da tarifa contratual de energia da ELETRONUCLEAR praticados no período foram os seguintes:

- De 01 de janeiro a 04 de dezembro de 2009 > R\$ 130,79 /MWh - Resolução ANEEL nº 747, de 02 de dezembro de 2008.
- De 05 de dezembro a 31 de dezembro de 2009 > R\$ 135,63 /MWh - Resolução ANEEL nº 916, de 08 de dezembro de 2009.

Em 09 de dezembro de 2009 foi promulgada a Lei 12.111 incluindo a partir de 2013, a energia elétrica gerada pela ELETRONUCLEAR nas Usinas Angra 1 e Angra 2, em sistema de comercialização sob a forma de rateio entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional - SIN, conforme regulamentação .

A mencionada lei prevê também, que a ELETRONUCLEAR fica autorizada a repassar a FURNAS, entre 2013 a 2015, o diferencial verificado no período 2010 e 2012, entre a variação da tarifa a ser praticada pela ELETRONUCLEAR e a da tarifa de referência.

A tarifa de referência de 2010 será igual à tarifa da ELETRONUCLEAR homologada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em dezembro de 2004 atualizada pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA para dezembro de 2009, a qual será reajustada pelo IPCA em dezembro de 2010 e 2011.

A tarifa a ser praticada pela ELETRONUCLEAR a partir de dezembro de 2009 será calculada e homologada anualmente pela ANEEL Agência Nacional de Energia Elétrica, pela aplicação de fórmula paramétrica que considere a variação das despesas com a aquisição do combustível nuclear e a aplicação do IPCA para os demais custos e despesas.

O montante a ser repassado para FURNAS será rateado pelas concessionárias de serviço público de distribuição atendidas pelo Leilão de Compra de Energia Proveniente de Empreendimentos Existentes, de 7 de dezembro de 2004, na proporção das quantidades atendidas no contrato com início de suprimento em 2005. Não haverá ganho nem perda por parte da ELETRONUCLEAR, tratando-se exclusivamente de uma operação cruzada de comercialização de energia com repasse de recursos tarifários.

A ELETRONUCLEAR mantém-se na expectativa da regulamentação da lei 12.111, quando estarão definidos os parâmetros e critérios a serem praticados para o novo modelo de comercialização da energia das suas Usinas Angra 1 e Angra 2.

NOTA 25 - RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, um lucro líquido de R\$ 55.107 mil, enquanto que no mesmo período de 2008, o resultado foi de um prejuízo de (R\$ 224.581 mil).

O resultado operacional do exercício corrente foi positivo no valor de R\$ 92.288 mil, partindo do resultado do serviço positivo de R\$ 441.442 mil e afetado por um prejuízo financeiro no valor de (R\$ 348.571 mil) . No mesmo período do exercício anterior, houve um prejuízo operacional no valor de (R\$ 280.234 mil), reduzindo de um lucro no serviço de R\$ 305.123 mil e impactado por um prejuízo financeiro no valor de (R\$ 585.027 mil).

Na análise comparativa entre os exercícios de 2009 e 2008, destacam-se alguns fatores que contribuíram para a redução do resultado financeiro negativo, os quais destacamos a seguir:

- Inversão na variação monetária sobre os empréstimos e financiamentos da ELETROBRÁS que apresentou-se positiva em R\$ 26.306 mil, enquanto que registrou R\$ 126.870 mil negativa em 2008, efeito esse explicado pela variação negativa ocorrida do IGPM2 em 2009 de 1,72 % contra crescimento de 9,81% em 2008);
- Redução de R\$ 116.065 mil na variação cambial sobre empréstimos da ELETROBRÁS, causado pela queda da taxa do Euro ocorrida frente ao Real de 22,57% (aumento de 24,13 % em 2008);
- Aumento de R\$ 320.459 mil das receitas financeiras, decorrentes da redução do passivo para o descomissionamento em função da variação negativa Dólar frente ao Real (31,94 % em 2008 e menos 25,49% em 2009). A esse item contrapõe-se o efeito negativo no resultado financeiro de 2009 de R\$ 186.367 mil, em razão do ajuste a valor presente no passivo para descomissionamento;
- Aumento de R\$ 51.274 mil na despesa de encargos de dívidas da ELETROBRÁS em 2009, resultante dos efeitos da renegociação dos contratos ocorrida em meados de 2008;
- Aumento em 2009 da despesa de variação cambial de dívidas com fornecedores, no valor de R\$ 8.979 mil (em 2008 a despesa foi de R\$ 1.873 mil e 2009, de R\$ 10.852 mil);
- Baixa do ativo atuarial no valor de R\$ 126.708 mil.

O quadro abaixo apresenta uma síntese do resultado:

RESULTADO	R\$ MIL	
	2009	2008 (ajustado)
Receita operacional líquida	1.572.977	1.471.755
Custo de Operação	(1.002.312)	(984.935)
Lucro Operacional Bruto	570.665	486.820
Despesa Operacional	(129.223)	(181.697)
Resultado do Serviço	441.442	305.123
Resultado financeiro	(348.571)	(585.027)
Outras despesas	(583)	(330)
Lucro (prejuízo) operacional	92.288	(280.234)
Contribuição Social e Imposto de Renda	(24.093)	55.653
Participação no Lucros	(13.088)	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	55.107	(224.581)

NOTA 26 - SEGUROS (Não auditada)

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil inerente a suas atividades.

O montante global segurado em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 4.499.618 mil, assim distribuído:

SEGUROS	MOEDA - R\$ MIL		
	VIGÊNCIA	VALOR SEGURADO	PRÊMIO
Riscos nucleares			
- Danos materiais	31/05/09	1.932.732	6.924
- Responsabilidade civil	31/05/09	297.397	1.520
Armazenamento de equipamentos	Constr. Angra 3	2.055.834	4.934
Diversos	Diversas	213.655	218
TOTAL		4.499.618	13.596

NOTA 27 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e a menor remuneração paga a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2009, foram de R\$ 29.466,07 e R\$ 1.518,40 (R\$ 27.776,90 e R\$ 1.374,63 – dezembro de 2008) respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela ELETRONUCLEAR. O maior honorário atribuído a dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2009, correspondeu a R\$ 26.534,35 (R\$ 25.367,00 - dezembro de 2008).

Natureza	R\$ mil	
	2009	2008
Salário e Encargos	2948	2786
Participação nos Lucros	172	199
Planos de Aposentadoria e Pensão	163	187
Outros	230	246
Total	3513	3418

NOTA 28 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerando as características próprias da Companhia, no âmbito particular e do setor elétrico em geral, destacam-se como valores significativos, suscetíveis de avaliação pelo valor de mercado, os valores relativos aos contratos de mútuo, captados diretamente da controladora ELETROBRÁS, para financiamentos dos empreendimentos.

A taxa de mercado (o custo de oportunidade do capital da empresa) é definida pela ELETROBRÁS, levando-se em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor. Considerando as circunstâncias especiais envolvidas no financiamento dos seus projetos de expansão, o valor de mercado destes empréstimos corresponde ao seu valor contábil.

A Companhia não mantém operações referentes a contratos futuros, swap e outros derivativos financeiros.

NOTA 29 - RISCOS OPERACIONAIS

A operação da Companhia compreende a geração de energia elétrica (Vide Nota 24), fornecida por intermédio das linhas de transmissão do Sistema Interligado Nacional e recebida pelas distribuidoras nas suas redes de distribuição para entrega aos consumidores finais, e, compreende 3% da energia produzida no país, equivalente a 50% da energia elétrica consumida no Estado do Rio de Janeiro.

Os principais fatores de riscos de mercado, que afetam e/ou podem afetar o negócio da Companhia, podem ser assim enumerados:

- **Risco de Crédito**

A ELETRONUCLEAR, conforme descrito nas Notas 1 e 4, tem a totalidade da sua geração de energia elétrica comercializada com FURNAS, empresa do sistema ELETROBRÁS, que fornece uma parcela significativa da energia elétrica produzida no País.

- **Risco de taxa de câmbio**

O endividamento e os demais passivos indexados à moeda estrangeira são afetados pelas flutuações do EURO e do dólar norte-americano. Não há operações financeiras contratadas que protejam a Companhia dessa exposição, tendo em vista os custos envolvidos e o atual estágio de estabilidade observado na economia brasileira. A totalidade da dívida da ELETRONUCLEAR está garantida pela ELETROBRÁS.

- **Riscos ambientais**

Os riscos ambientais são monitorados por superintendência especializada da Companhia. A ELETRONUCLEAR tem como diretriz conhecer todas as eventuais interferências que o funcionamento das suas usinas possa causar ao meio ambiente e, também, o aprimoramento contínuo das atividades produtivas, adotando técnicas que conduzam a melhores resultados, em harmonia com o meio ambiente. As Usinas Angra 1 e Angra 2 estão de acordo com a legislação ambiental em vigor.

-